

LÍNGUA ESPANHOLA E CARREIRA DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM OLHAR A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Linha de Políticas Educacionais Graciéle Nissola Casagrande ¹ Maria Silvia Cristofoli ²

Este trabalho corresponde a um recorte da dissertação do PPGE, da UFFS – Campus Chapecó, vinculado à Linha de Políticas Educacionais. Busca-se apresentar e refletir sobre a língua espanhola ao longo dos anos na Educação Básica, a nível nacional e estadual, sob a ótica das políticas educacionais. Apresenta como questão de pesquisa: Em que medida a revogação da Lei nº 11.161/2005 afeta a Carreira dos Docentes de língua espanhola da rede estadual de Santa Catarina. Como objetivo geral preocupa-se em: Analisar a repercussão da não obrigatoriedade da língua espanhola na Educação Básica e suas consequências à carreira dos docentes da rede estadual de Santa Catarina; e específicos: a) Analisar os documentos oficiais nas duas últimas décadas que regulamentam as línguas estrangeiras, com foco na língua espanhola; b) Mapear o cenário catarinense das duas últimas décadas em relação à oferta da língua espanhola na educação básica da rede estadual de ensino; c) Analisar os impactos na carreira docente. decorrentes das mudanças das políticas de língua estrangeira para a educação básica; e d) Identificar elementos, a partir da fala dos atores chave. Com uma abordagem prioritariamente qualitativa, esse estudo ampara-se na pesquisa documental e empírica. Destaca-se como principais autores de base: Arretche (2001); Muller e Surel (2004); Gil (2002); Calvet (2002); Rajagopalan (2003), entre outros. Pontua-se, que o trabalho se encontra na fase das análises, evidenciando a desconstrução nacional de uma política multilíngue e a retomada da política monolíngue. Em âmbito estadual, como consequência desta desconstrução, verifica-se a precarização do trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais 1; Educação Básica 2; Carreira Docente 3; Língua Espanhola 4.

¹ Email: gracielenissola@yahoo.com.br

² Email: <u>mscristofoli@uffs.edu.br</u>

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília, CARVALHO, Maria do Carmo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais:** Questões e dilemas. Stephen J. Ball, Jefferson Mainardes (organizadores). São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1979.

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística. Uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean, et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012. (Coleção Sociologia).

DRAIBE, Sônia. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo (Orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: 4 ed. Atlas, 2002.

MULLER, Pierre.; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Trad. Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. 2 ed. Pelotas: EDUCAT, 2004. (coleção Desenvolvimento Social).

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa; Tradução Cristina Antunes. – 1 ed. – 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.